

## REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA E EDUCAÇÃO

João Gervásio dos Santos Neto

Mestrando em Educação – CCE (UFPI)

O Brasil esteve imerso em um período, 1964 – 1979, que alguns intelectuais chamaram de regime autoritário: cerceamento de pensamentos, bipartidarismo, exclusão dos direitos políticos e longos etc. Nesse período, os diversos governos militares priorizaram uma política que alavancasse o desenvolvimento-tecnológico de nosso mercado industrial e permitisse um aumento do PIB.

O regime burocrático-autoritário, assim denominado por pesquisadores de renome, não é somente algo típico do Brasil. Esse tipo de regime, ao longo das décadas de 60 e 70, espalha-se por toda a América Latina: Argentina (1966), Chile (1973), Uruguai (1974). No Brasil, o governo militar consegue ultrapassar seus pares, no restante da América, pelo fato de estabelecer um crescimento econômico nessas duas décadas.

Esse crescimento imprimira uma nova mudança no comportamento e na representação de vários segmentos sociais. Surgem centenas de associações de moradores, de trabalhadores, assim como de empresários, constituindo uma “teia de organizações que articulam e dão identidade coletiva aos agentes sociais, moldam seus comportamentos e veiculam suas demandas”.

Isso irá permitir que o final da década de 70 seja marcado por um processo de redemocratização (anistia política, fim do bipartidarismo, etc), por realizações de grandes congressos e debates políticos em escala nacional: e o momento da “abertura lenta, gradual e segura”. Esse período caracteriza-se pela política de transição, buscando saídas para o regime ditatorial-militar no país.

Jose Álvaro Moises explica esse período de transição entre o velho e o novo, gestado dentro do regime autoritário, com uma teoria que ele denominou de teoria do luso-fusco, ou seja, é um momento em que ainda se faz noite, porém dentro do raiar do dia. Em outras palavras, ainda não tínhamos saído da

ditadura, contudo já se processava passos importantes para a redemocratização do país.

Contudo, observa O'Donnell, esse processo de transição democrática esteve, o tempo todo, sendo controlado pelos governos do regime burocrático-autoritário. Isso foi possível devido ao bem sucedido plano econômico aplicado durante o regime militar e ao restrito e sistemático poder de repressão do sistema, que não chegou a afetar a segurança da classe capitalista e, nem tampouco, da classe média. O governo passa, então, a criar a sua própria agenda dentro da denominada "abertura". Recomeça a neutralizar a oposição liberal, afrouxa o regime de censura, substitui o AI-5 e, paulatinamente, vai realizando mudanças no setor político, como o fim do bipartidarismo, por exemplo

Com isso o governo consegue ganhar setores inteiros da oposição liberal, que vai abandonando uma a uma das suas bandeiras mais radicais. Tais oposições, iludidas com as perspectivas de "abertura" democrática, passam a se aproximar da política oficial e se restringem a negociações e pressões feitas pela restauração da "via parlamentar".

As eleições de 1982 possibilitam passos largos nesse processo de redemocratização que passa o Brasil. Não querendo ficar atrás, nessa "onda" redemocratizadora da nossa política, muitos candidatos assumem uma postura de políticos preocupados em incorporar novas formas de participação nas decisões governamentais: Amin (SC), Montoro (SP), Tancredo (MG).

Assumindo a participação popular em seus conceitos de governo democrático, todos os candidatos a governador procuram inserir a sociedade em seus programas de governo. Assim, antigos políticos tradicionais, que apoiavam o regime autoritário, começam a assumir novas posturas. Dentro de um contexto em que o Estado procura dinamizar o seu poder de interação com a sociedade e, por outro lado, os movimentos sociais emergem com novas formas de ação, esses governadores eleitos se instalam com um discurso de participação popular.

No terreno da oposição liberal, a "abertura" ganhava espaço. Mas, no campo operário, as greves se multiplicavam, a partir de 1978, no cenário político. Dentro e fora do ABC, o movimento operário faz germinar a possibilidade de democracia por todo o país. No início dos anos 80, a transição

política concluía a sua primeira fase implementando alguns direitos, tais como habeas-corpus, liberdade de associação, fim da censura. Esses direitos protegiam os indivíduos do poder autoritário e arbitrário do regime militar, que se findava.

Ao impor uma agenda reivindicatória e, conseqüentemente, ao necessitar mobilizar os trabalhadores para pressionar o governo ao atendimento dessas reivindicações, o movimento operário e, especificamente, as organizações sindicais trazem a tona a discussão política no momento em que o regime autoritário e excludente nega tais direitos. Diante disso, dentro de um processo dialético, as reivindicações de natureza econômica permeiam-se com as de natureza política, “levando o movimento sindical a um confronto político com o regime”.

Mario César Brinhosa afirma que o sistema educacional tem contribuído fundamentalmente para a reprodução do sistema capitalista e para a ordem social hegemônica “quando passa a distribuir de forma regulada o capital cultural”. E, mais além, explica que a história da reorganização curricular, da descentralização e da autonomia da gestão escolar, no Brasil, data de meados do século XX e, que, ao mesmo tempo, se configura dentro de um contexto da ampliação ou retração das exigências sociais, da relação capital e trabalho.

O surgimento do movimento social e do magistério brasileiro no cenário político é explicado quando se observa o processo de reconstituição das classes médias no Brasil. Bancários, professores, médicos e tantos outros desse segmento na sociedade brasileira ganham notoriedade quando passam a incrementar movimentos reivindicatórios que os levam a participação política.

Moacir de Góes analisando esse momento afirma que, ao se identificar os problemas educacionais com os problemas sociais iremos observar que a principal bandeira de luta, travada dentro do processo de redemocratização também da educação brasileira, será a questão da democratização do sistema educacional: eleições diretas nas diversas escolas públicas, a participação dos representantes das entidades de professores nos Conselhos Estaduais e Federal de Educação, incentivos a criação de entidades estudantis e participação nas discussões e elaboração dos planos educacionais.

A Educação brasileira, enfim, conseguia tomar um rumo próprio, onde os agentes diretos – educadores, professores, alunos coordenadores, diretores, funcionários e supervisores – estariam debatendo as prioridades do ensino público, especialmente. Foram, da década de 70 para cá, realizados diversos Simpósios, Congressos e tantos outros eventos, que culminaram e culminam sempre na expansão da democratização do espaço político nas escolas.

Essa tendência liberal-democratizante estava em processo já mesmo nas décadas de 30 e 60 do século XX. “Nesse período, a resistência liberal a democracia cedeu e grande parte das correntes mais conservadoras, que tinham o liberalismo clássico como bandeira, acabou aceitando as principais conquistas democráticas”, afirma Paul Singer.

Porem, nos resta registrar a visão e as pesquisas de Paul Singer sobre esse assunto. Ele demonstra, em seu trabalho, que a esse processo de democratização na educação brasileira também estava o seu “desmantelo”.

Ainda na década de 70 iniciava-se a desregulamentação do Estado brasileiro: “aumento do desemprego, a redução do número de jovens e a enorme dificuldade para encontrarem emprego, a piora das condições de saúde, com o aumento da violência e do consumo de drogas, tudo isso expandiu fortemente o gasto com os serviços sociais do Estado, agravando o efeito deficitário da contração da receita tributária”. As verbas para todos os setores sociais, particularmente para a Educação, vão se esvaindo. Levando, assim, a um processo de crise do sistema escolar e abrangendo para os pátios da Escola Pública.

A partir daí as idéias mais afinadas com a direita não-autoritária se condensam em uma postura neoliberalizante: há uma aceitação ao sufrágio universal, entretanto há uma forte restrição as idéias democrática, especificamente no campo da educação universal. Essas posições serão explicadas, mais a frente, pelo alinhamento do pensamento moderno com as reformas estruturais geradas dentro do mercado capitalista e do mundo do trabalho. Busca-se, então, unir o econômico ao processo ensino-aprendizagem.

Colado nesse processo de transformação ideológica e de postura econômica, temos um outro processo em pleno desenvolvimento, na década

de 80, que irá influenciar no desmantelamento da redemocratização nas escolas públicas: a crise do Estado de bem-estar social.

O modelo neoliberal, processado na década de 80, aprofunda a desregulamentação financeira e defende um modelo de Estado mínimo, em que os cortes de verbas sociais passam a ser o mote principal dessa nova postura estadista. O Estado passa a ser regulado pelas grandes instituições econômicas (BID, BIRD e FMI) que impulsionam políticas de cunho neoliberal, no sentido de estreitarem a dependência do país 'a globalização produtiva e de capitais (NEVES, 1995). As principais bandeiras desse Estado neoliberal serão a abertura comercial, a desregulamentação do estado de bem-estar social e a das privatizações.

A reengenharia do Estado se associa a reestruturação produtiva. O mundo do trabalho passa por uma revolução: maior robotização na produção fabril, trabalho polivalente, jornadas de trabalho baseadas no full-time, qualidade total etc. Seria necessário acompanhar essa reestruturação produtiva dando-lhe garantias para a sua expansão. Daí a necessidade de alinhar a proposta educacional do Estado moderno na década de 90 aos parâmetros da economia mundial. As primeiras iniciativas para esse alinhamento se deram no governo Itamar Franco, porém já no governo Collor podíamos observar “os contornos da nova divisão internacional do trabalho, subjacente ‘a revolução científico-tecnológica em processo no mundo contemporâneo” (Idem).

Durante o seu primeiro ano de governo, Collor impulsionou um projeto educacional inspirado no **Projeto Brasil Novo**, em que o papel da educação seria a de resgate da dívida social. Logo depois, o governo adota a postura liberal-modernizante e a educação assume o papel de formador de mão de obra qualificada para as grandes empresas multinacionais (**Projeto de Reconstrução Nacional e Programa Setorial de Educação**).

O avanço da globalização política e da reestruturação produtiva faz buraco também nas posturas dos movimentos sindical e social no país. O Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), que antes, nos anos 80, eram signatários de propostas democráticas de massas para a educação, nos anos 90 seguiram rumos distintos.

O CONSED estreita suas relações com o MEC, principalmente no que diz respeito à alocação de recursos e a **descentralização do poder**. A UNDIME, apesar de se conservar na defesa da democracia de massa, passa por uma forte crise financeira e começa a se dispersar, perdendo uma boa parte de sua representatividade nacional.

No âmbito da sociedade civil, a CUT em seu 4º CONCUR apresenta uma concepção gramsciana de escola, a qual adota a tese do trabalho como princípio educativo. Tal concepção admite a necessidade de “adaptação psicofísica do trabalhador / cidadão do emprego de formas mais racionalizadas de organização da produção, do trabalho e do seu cotidiano” (NASCIMENTO, 1995).

Isso tudo vai cair como uma ducha fria no processo de democratização que estava se operando na década de 70. Atualmente, com os recursos oriundos do Banco Mundial para financiar a educação brasileira, com a postura neoliberalizante do Estado e com o alinhamento da educação ‘a reestruturação produtiva mundial, onde temos um papel a exercer na divisão internacional do trabalho, que é a de fornecedor de mão de obra qualificada e barata e a de consumidores para os países desenvolvidos, a democracia nas escolas ficou postulada a um papel secundário.

Os especialistas em educação redimensionaram os seus focos de discussão. Diz com mais propriedade Lucia Maria Neves que, o “foco” de discussão acadêmica,

*passou do tema da cidadania para o da melhoria da qualidade de ensino, tentando estabelecer novos vínculos entre ciência e trabalho, educação e produção e educação e trabalho para a educação do Brasil no ano 2000. Sua ação política concentrou-se no processo de tramitação da nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, integrando-se ao Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB, juntamente aos demais sujeitos políticos coletivos da sociedade civil – inclusive a CUT e CNTE – defensores da proposta educacional democrática de massas (Ibidem). (grifo da autora)*

Não é de se estranhar, então, que atualmente que não só o processo democrático está ferido de morte pela postura educacional do modelo neoliberal, como também, toda a educação vinculada a formação de uma sociedade democrática, qualitativa, laica e fraternal.

## **BIBLIOGRAFIA**

BAUER, Carlos. Contribuição para a História dos Trabalhadores Brasileiros: A Hegemonia Vermelha. V. II. São Paulo, ed. Pulsar, 1995.

BRINHOSA, Mario César. *A Função Social e pública da Educação na Sociedade Contemporânea*. In: LOMBARDI, Jose Claudinei (org.). Globalização, pos-modernidade e educação. São Paulo, Autores Associados, 2001.

COLLIER, David (org.). *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

MOISES, Jose Álvaro. *Sociedade civil, cultura política e democracia: descaminhos da transição política*. In: COVRE, Maria de Lourdes (org.). *A cidadania que não temos*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

NASCIMENTO, E. (1995). *Mudanças e Propostas Educacionais da Sociedade Civil*. In: NEVES, L. (coord.). *Política Educacional nos Anos 90: Determinantes e Propostas*. 2 ed., Recife, Ed. Universitária.

NEVES, L. (1995). *Determinantes das Mudanças No Conteúdo das Propostas Educacionais nos Anos 90 – Período Collor*. In: NEVES, L. (coord.). *Política Educacional nos Anos 90: Determinantes e Propostas*. 2 ed., Recife, Ed. Universitária.

O'DONNELL. *El Estado Burocrático Autoritário*. B. Aires, Belgrano, 1982.

PINHEIRO, Paulo S. (org.). *O Estado Autoritário e Movimentos Populares*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

---

[1] Sobre esta terminologia ver O'DONNELL. *El Estado Burocrático Autoritário*. B. Aires, Belgrano, 1982. PINHEIRO, Paulo S. (org.). *O Estado Autoritário e Movimentos Populares*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. COLLIER, David (org.). *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

[2] SALLUM JUNIOR, Brasílio. *Por que não tem dado certo: Notas sobre a transição política brasileira*. In: SOLA, Lourdes (org.). *O Estado de Transição: política e economia na Nova República*. São Paulo, Vértice, 1988.

[3] MOISES, Jose Álvaro. Sociedade civil, cultura política e democracia: descaminhos da transição política. In: COVRE, Maria de Lourdes (org.). A cidadania que não temos. São Paulo, Brasiliense, 1982.

[4] BAUER, Carlos. Contribuição para a Historia dos Trabalhadores Brasileiros: A Hegemonia Vermelha. V. II. São Paulo, ed. Pulsar, 1995.

[5] SANTOS, Kleber Montezuma dos. Movimento de Professores e Cidadania. Teresina, Halley, 1996.

[6] BRINHOSA, Mario César. A Função Social e publica da Educação na Sociedade Contemporânea. In: LOMBARDI, Jose Claudinei (org.). Globalização, pos-modernidade e educação. São Paulo, Autores Associados, 2001.

[7] OLIVEIRA, Francisco. Medusa ou as Clases Medias e a consolidadação democrática. In: REIS, Flavio Wanderley e O'DONNELL, Guilherme (org.). A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. São Paulo, Vértice, 1988

[8] SINGER, Paul. Poder, Política e Educação. Conferencia de Abertura da XVIII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, outubro de 1995. In: Revista Brasileira de Educação. Nº 1. Jan/Fev/Mar/Abril, 1996.

[9] SINGER, Paul. Poder, Política e Educação. Conferencia de Abertura da XVIII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, outubro de 1995. In: Revista Brasileira de Educação. Nº 1. Jan/Fev/Mar/Abril, 1996.